ISSN: 2594-6153

A *Just Transition* como Pilar do European *Green Deal*: A Perspectiva da Governança Global na Forma Executória de Suas Diretrizes

Isabella Alvares Fernandes, Daniel Freire e Almeida

Universidade Católica de Santos (UNISANTOS)

E-mail: alvareisabella@gmail.com, lawyer@adv.oabsp.org.br

Resumo: O estudo pretende elevar a *just transition* como pilar de estabelecimento do European Green Deal, salientando a tríade basilar de sistemas econômico, social e ambiental de sua concepção e a construção de elementos como o *Just Transition Mechanism* e o *Just Transition Fund*. O estudo aborda a necessidade da governança global como ferramenta de execução, coordenação e implementação das medidas estabelecidas no Pacto, nos diferentes níveis (como o regional) e com a presença de diferentes atores. O objetivo central é analisar a adequação das políticas de *just transition* ao elemento intrínseco do EGD, especificamente destacando a importância da governança global como utensílio da concretização das diretrizes adotadas pela União Europeia. Para tanto, são utilizados, na realização desta pesquisa, o método dedutivo com técnica de pesquisa bibliográfica. O principal resultado é a constatação de que a evolução da União Europeia nas políticas de transição justa depende da adoção de sistemas de governança global, que se vislumbram na aplicação das políticas a contexto nacional, a nível-central nos Estados-Membros e nas comunidades locais no desenvolvimento de políticas regionais.

Palavras-chave: União Europeia; European Green Deal; Just Transition; Governança.

Just Transition as a Pillar of the European Green Deal: The Perspective of Global Governance on the Enforcement of Its Guidelines

Abstract: The study intends to elevate just transition as a pillar for establishing the European Green Deal, highlighting the basic triad of economic, social and environmental systems of its conception and the construction of elements such as the Just Transition Mechanism and the Just Transition Fund. The study addresses the need for global governance as a tool for executing, coordinating and implementing the measures established in the Pact, at different levels (such as regional) and with the presence of different actors. The central objective is to analyze the adequacy of just transition policies to the intrinsic element of the EGD, specifically highlighting the importance of global governance as a tool for implementing the guidelines adopted by the European Union. To this end, the deductive method with bibliographic research technique is used in carrying out this research. The main result is the observation that the European Union's evolution in just transition policies depends on the adoption of global governance systems, which can be seen in the application of policies in the national context, at central level in the Member States and in local communities. in the development of regional policies.

Keywords: European Union; European Green Deal; Just Transition; Governance.

Introdução

As políticas de *just transition* não são uma conceituação nova, entretanto só ganharam maior tração recentemente, quando da atenção dada ao que diz respeito do cumprimento das metas climáticas ao redor do planeta, de modo a garantir que toda a sociedade, sem exclusões,

ISSN: 2594-6153

seja um player importante para a construção de um futuro com zero emissões de gases de efeito estufa. Deste modo, tornar a economia verde torna-se consequência básica de adoção das diretrizes de transição justa. Neste sentido, a Organização Internacional do Trabalho define o tema: "Tornar a economia mais verde de uma forma que seja tão justa e inclusiva quanto possível para todos os envolvidos, criando oportunidades de trabalho digno e não deixando ninguém para trás" [1].

Aproveitando-se deste ensejo, e corroborando medidas legalmente próprias dispostas no artigo 11º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia – que dispõe de modo claro: "Artigo 11º. As exigências em matéria de proteção do ambiente devem ser integradas na definição e execução das políticas e ações da União, em especial com o objetivo de promover um desenvolvimento sustentável [2]" – a União Europeia emerge como pioneira na adoção de medidas de mitigação e controle da mudança climática no planeta.

A transição justa se comprova na União Europeia com o desenvolvimento do European Green Deal, ou Pacto Ecológico Europeu, estabelecido em 2019 e que objetiva transformar a UE numa sociedade justa e próspera, detentora de economia moderna e eficiente em termos de recursos, na qual não existirão emissões líquidas de gases de efeito estufa até 2050, pautando pelo crescimento econômico dissociado da utilização em massa de recursos [3]. Em respeito ao quanto acordado no Acordo de Paris de 2015, o EGD ainda possui financiamento do *Just Transition Mechanism* (Mecanismo para uma Transição Justa) e do *Just Transition Fund* (Fundo para uma Transição Justa) [4], que reforçam e impulsionam a rotulagem do processo de implementação com a transição justa. Destaca-se, ainda, que este processo de asseveração demanda complexo de governança global arquitetural, com diferentes níveis de governança em cooperação.

Objetivos

O presente trabalho objetiva, de forma geral, analisar a adequação das políticas de *just transition* ao elemento intrínseco do European Green Deal, especificamente objetivando destacar a importância da governança gcomo ferramenta de concretização das diretrizes adotadas pela União Europeia.

Material e Métodos

Utilizou-se o método dedutivo, partindo de premissas gerais do aparato da União Europeia com relação ao European Green Deal e à *just transition,* avaliando a participação da governança global neste processo, com técnica de pesquisa bibliográfica.

ISSN: 2594-6153

Resultados

Por meio da pesquisa efetuada, foi possível verificar que o European Green Deal se coloca como moderno instrumento no regime internacional das mudanças climáticas, ainda que no contexto europeu, ensejando modelagem a ser seguida por demais Estados, e incorporando por completo as noções de transição justa (*just transition*) em seus próprios ditames e diretrizes. Por meio de incorporações como o *Just Transition Mechanism* e o *Just Transition Fund*, espera-se mobilizar cerca de 55 bilhões de euros no período de 2021-2027 para as regiões mais afetadas, amenizando os impactos socioeconômicos da transição [5]. Tais ferramentas estarão disponíveis para todos os Estados-Membros, com foco nas regiões mais afetadas pelo carbono ou nas quais verifica-se o maior número de população que trabalha com combustíveis fósseis.

Com enfoque nestes dois instrumentos, os Estados-Membros podem obter acesso por intermédio de planos territoriais preparatórios de transição justa abrangentes até o período de 2030, identificando os territórios que deverão receber maior apoio [5]. Entretanto, para a coordenação dos melhores resultados, coloca-se como elementar a implementação da governança global, caracterizada por um "processo de coordenação de atores, de grupos sociais e de instituições" [6]. Assim, a incorporação da transição justa no Pacto Ecológico Europeu demanda um complexo arquitetural de governança global, no qual se observam diferentes níveis de governança em cooperação. Esse processo cada vez mais complexo de políticas descentraliza-se para além da figura por muitas vezes engessada do Estado, ainda necessário, mas necessário que se amplie o escopo das análises para além dele.

O enquadramento normativo da União Europeia, no quesito da *just transition*, é traduzido através de contextos nacionais, a nível-central nos Estados-Membros e finalmente passado para as comunidades locais por intermédio de mecanismos de elaboração de políticas regionais, utilizando-se para tanto dos fundos anteriormente mencionados. Observando essa diferença de níveis, coloca-se que a governança global é extremamente necessária para coordenar a atuação dos diferentes atores em diferentes níveis, de modo a garantir maior efetividade ao cumprimento das diretrizes do European Green Deal.

Discussão

Em consonância com os resultados expostos em tópico próprio e anterior, é possível deles extrair que a União Europeia empenha-se em aplicar os novos ditames da *just transition* às suas novas políticas socioambientais, como no desenvolvimento do European Green Deal, ou Pacto Ecológico Europeu. Numa necessidade de combinação triária de cooperação no que diz respeito aos aspectos ambiental, econômico e social, a ação europeia deve ser consistente

ISSN: 2594-6153

nos diferentes níveis e domínios. Deste modo, é necessária uma integração e coordenação em diferentes níveis de governança.

Desta forma, há a necessidade de coordenação no quesito de governança, vez que se torna elementar a construção de complexo arquitetural de governança global, frente aos diferentes níveis desta que precisam harmonizar-se para que as políticas sejam efetivas e eficazes neste contexto de tríade, fazendo com que seja exitosa. Com a descentralização da figura do Estado, mas sem desconsiderar sua importância, mobilizam-se diferentes níveis com diferentes atores, ensejando a participação da sociedade civil, comunidade epistemológica, conglomerados empresariais, além dos diferentes níveis setoriais dentro da estrutura orgânica de cada Estado, como níveis regionais.

Outrossim, é necessária essa nova fundação de governança para que o diálogo cooperativo aconteça entre os Estados e outros atores, servindo como mesa redonda para discussão [7]. Muito se questiona acerca da eficácia da governança para com a implementação do European Green Deal, se de fato há a necessidade de coordenação micro ao invés do aspecto macro. Entretanto, discerne-se na contemporaneidade que a figura estatal não é mais suficiente para lidar sozinha com temáticas importantes que envolvem questões tríades como a transição justa, razão pela qual é elementar a coordenação de diferentes atores em diferentes níveis.

Conclusões

Diante de todo o exposto no presente estudo, é possível extrair que as políticas e diretrizes modernas adotadas pela União Europeia por meio do European Green Deal – Pacto Ecológico Europeu – incorporam em sua essência os pressupostos da *just transition* ao absorver a tríade social, econômica e ambiental, buscando o desenvolvimento de uma economia verde e, por óbvio, justa. Ademais, para que a *just transition* possa ser incorporada com eficácia e eficiência, torna-se necessária a implementação de seus ditames por intermédio da governança global, coordenando as políticas com o auxílio de diferentes atores em diferentes níveis.

Agradecimentos: A autora gostaria de agradecer à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior (CAPES) e à instituição Universidade Católica de Santos (UNISANTOS) pelos estudos proporcionados no Curso de Doutorado em Direito.

Referências

1. United Nations Development Programme. What is just transition? And why is it important? [acesso em: 07 ago. 2024]. Disponível em:

ISSN: 2594-6153

https://climatepromise.undp.org/news-and-stories/what-just-transition-and-why-it-important.

2. EUR-LEX. Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia. [acesso em: 07 ago. 2024]. Disponível em: https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:9e8d52e1-2c70-11e6-b497-01aa75ed71a1.0019.01/DOC_3&format=PDF.
3. Sabato, S., Fronteddu, B. (2020, August). A socially just transition through the European Green Deal? European Trade Union Institute. [acesso em: 07 ago. 2024]. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3699367.
4. Sandmann, L., et al. (2024, July). The European Green Deal and its translation into action: Multilevel governance perspectives on just transition. Energy Research & Social Science 115 (2024): 103659. [acesso em: 07 ago. 2024]. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2214629624002500.
5. European Commission. The Just Transition Mechanism: making sure no one is left behind. [acesso em: 07 ago. 2024]. Disponível em: https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/european-green-deal/finance-and-green-deal/just-transition-mechanism_en.
6. Bichir, R. Governança multinível. (2018, December). Governança Multinível. Boletim de Análise Político-Institucional, n. 19. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/8300185/mod_resource/content/1/bapi_19_cap_07.pdf.
7. Fernandes, I.A., Freire e Almeida, D. (2024). The European Union and the Role of Global Governance in Building New Green Deals Around the Globe. Lawinter Review, New York, v. 15, n. 01, p. 107-116, 2024. Disponível em: http://www.lawinter.com/107_110lawinterreview.pdf.